



Polícia Civil divulga apuração de latrocínio em Sete Lagoas

A Delegacia de Homicídios de Sete Lagoas, comandada pela delegada Mariza Andrade, divulgou a apuração do assassinato de Márcio Faria Campos, pai do advogado criminalista Leandro Márcio Faria Campos, ocorrido há aproximadamente três anos e meio, em Sete Lagoas, na Região Central de Minas Gerais.

De acordo com investigações, em março de 2010, Márcio Faria (mais conhecido como Senhor Nô) saiu do Bar Gente Fina conduzindo uma caminhonete S-10, por volta das 20h. O corpo dele foi encontrado na manhã do dia seguinte, em uma estrada de terra, próximo à entrada de acesso à cidade de Funilândia.

A vítima apresentava várias dilacerações no rosto, pescoço e no braço esquerdo, além da perda da mão. A caminhonete de Márcio foi encontrada parcialmente incendiada, no Bairro de Fátima. Dinheiro, documentos, títulos de crédito e o aparelho celular que estavam com a vítima foram levados.

De acordo com a delegada Mariza Andrade, foram realizadas várias diligências para apuração do crime, e as provas produzidas fornecem indícios suficientes para apontar o pintor de automóveis, Jorge Luiz de Castro Abreu, como autor.

Após vários levantamentos, apurou-se que, na noite do crime, o telefone celular da vítima foi utilizado pelo suspeito para acionar um socorro para retirar a caminhonete da vítima, que tinha atolado em uma vala na Serra de Santa Helena. No local, o funcionário do socorro deparou com um indivíduo moreno, que fez o pagamento do serviço.

Com aplicação de técnicas de inteligência, o telefone celular da vítima foi rastreado, sendo identificadas duas chamadas realizadas. A primeira ocorreu 43 dias depois do crime, e a segunda no mês de junho do mesmo ano. A partir da identificação da linha celular, descobriu-se que a mesma estava registrada em nome do pai do investigado Jorge Luiz. Entretanto, era utilizada por ele, segundo revelaram os familiares.

Com o aprofundamento das investigações, policiais civis descobriram que o suspeito tinha vínculo próximo com a vítima, que era cliente da oficina mecânica onde o suspeito trabalhava. Jorge Luiz também participava de jogos de carteados promovidos pela vítima, no Bar Gente Fina, no Bairro Henrique Néri.

Também foi levantado que dois meses antes do crime, fazendo-se passar como filho da vítima, Jorge Luiz ligou para a vítima e conseguiu que ela entregasse o valor de R\$1.500 para uma pessoa. O golpe foi descoberto, sendo o investigado desmascarado e obrigado a devolver o dinheiro à vítima.

A delegada Mariza Andrade informou que a nota do serviço de reboque do veículo da vítima, na Serra de Santa Helena, foi apreendida e consta como pessoa solicitante o nome de "Jorge Luiz", além do número do telefone utilizado e a placa do veículo serem da vítima.

As investigações transcorreram em sigilo absoluto até ser feita a prisão do investigado Jorge Luiz, no último dia 24 de outubro.

Provas

Jorge Luiz foi interrogado, negou a autoria do delito e assumiu apenas que participou do golpe aplicado na vítima, providenciando a troca do cheque. As provas produzidas revelam que, na época do assassinato, o investigado Jorge era viciado em cocaína, crack e jogos de baralho.

Também foi constatado que todo o dinheiro que ele recebia no trabalho era gasto para sustentar os vícios, sendo esta a provável motivação do crime, já que a vítima tinha o

hábito de andar com grandes somas em dinheiro e cheques. Apurou-se, ainda, que Jorge se tornava uma pessoa muito violenta quando consumia drogas.

As circunstâncias apuradas indicam que a vítima foi atraída até certo local, rendida, morta, teve seus bens subtraídos, além de ter o corpo ocultado. Por esses motivos, o investigado será indiciado por latrocínio, ocultação de cadáver e dano qualificado.

A titular da Delegacia de Homicídios destaca a importância da Polícia Civil utilizar, além dos meios de provas tradicionais, todas as técnicas de inteligência e científicas para apuração de casos como este, quando não existem testemunhas oculares do crime. “Neste ano, conseguimos provar a autoria de crimes de homicídio utilizando técnicas de interceptação telefônica e científicas, como o DNA. É um avanço para a Polícia Judiciária”, destaca a delegada.

Acompanhe o [facebook](#) da Polícia Civil.

Assessoria de Comunicação – PCMG

(31) 3915-7182 - (31) 3915-7192

imprensa@pc.mg.gov.br

Texto: Juliana Corrêa